



JUSTIÇA ■ ACUSAÇÃO CONTRA RUI MATEUS PEREIRA E DUAS ADVOGADAS



JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Arguido foi diretor de Cultura na Câmara de Lisboa até 2008

Ajuste de 55 mil euros à cunhada

Antigo diretor municipal de Cultura da Câmara de Lisboa foi acusado pelo Ministério Público

● ANA LUÍSA NASCIMENTO

Rui Mateus Pereira – o ex-presidente do Instituto de Gestão Financeira da Justiça que foi acusado, há uma semana, do crime de participação económica em negócio – terá beneficiado uma advogada, irmã da sua companheira, com um ajuste direto para um contrato de prestação de serviços no valor de 55670 euros, em 2008.

Segundo a Acusação, a que o CM teve acesso, o então diretor municipal de Cultura da Câmara de Lisboa beneficiou “indevida e

APONTAMENTOS

● **ESTUDO POR ENTREGAR**
Segundo a acusação, Rui Mateus Pereira pediu um estudo sobre o espólio documental de Fernando Pessoa, que “não foi entregue”.

● **SÓ METADE FOI PAGO**
Do valor total de 55 mil euros, só metade, 27835 euros, foi pago, em Janeiro de 2009, às duas advogadas.

● **CONTRATO CANCELADO**
A 2 de Dezembro de 2009, a Câmara, por despacho da então vereadora da Cultura, revogou o contrato.

pátrimonialmente a irmã da sua companheira e tia da sua filha, assim como uma colaboradora sua”. De acordo com o Ministério Público, Rui Mateus Pereira, que viu ser recusada a sua proposta para prorrogar o contrato de prestação de serviços da sociedade de advogadas – que terminava em dezembro de 2008 – outorgou ele próprio um contrato, numa altura em que também já estava em gestão corrente. “Face à impossibilidade de prorrogar os contratos de prestação de serviços, o arguido acordou com as mesmas a atribuição, em 2009, de montantes destinados a compensar a perda de rendimentos”, lê-se ainda na acusação, que visa também as advogadas Inês Amaral (cunhada) e Adelaide Silva. ■